



PARECER JURÍDICO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2023 – TERMO DE COLABORAÇÃO
N.º 001/2023

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, na forma do artigo 35, inciso VI e § 2º, da Lei n.º 13.019/2014, o presente procedimento administrativo que tem por objetivo a formalização de termo de fomento entre o Município de São Sebastião do Caí e a Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial de Novo Hamburgo (Abefi) – Unidade Casa Lar São Sebastião, entidade sem fins lucrativos.

É o relatório. A seguir, o parecer.

O Parecer Jurídico em Procedimentos Licitatórios cumpre a função de apurar a legalidade do procedimento administrativo, assim como os pressupostos legais de contratação, isto é, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo oriundo da parceria com o sistema jurídico vigente.

A legislação pátria estabelece que as parcerias dar-se-ão por meio de processo de chamamento público, com exceção das regras de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos artigos 30 e 31 da Lei n.º 13.019/2014.

De acordo com o artigo 31, inciso II, da Lei das Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, é inexigível a licitação quando a parceria decorrer de transferência de recursos para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei.

No presente caso, a Lei Municipal n. 4.540, de 23 de dezembro de 2022, autoriza a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião do Caí, no montante anual de até R\$ 618.057,24 (seiscentos e dezoito mil, cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos), in verbis:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parceira, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014, com a Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial de Novo Hamburgo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 91.695.577/0008-97, com sede social na Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 750, bairro Centro, neste Município, para o exercício de 2023, no montante de até R\$ R\$ 618.057,24 (seiscentos e dezoito mil, cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Além da legislação autorizadora, verifica-se a inviabilidade de competição, vez que a Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial de Novo Hamburgo (Abefi) – Unidade Casa Lar São Sebastião é a única entidade local que presta os serviços essenciais à comunidade e tem por finalidade administrar, manter, promover, coordenar e desenvolver



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

atividades filantrópicas de caráter educacional e de assistência social, cultural e esportiva não fazendo distinção alguma quanto à condição social, gênero, etnia, opção política e credo religioso. Assim, é a entidade que bem se enquadra ao fim que se destina o presente termo de colaboração, qual seja, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, que foram afastados do convívio social por meio de medida protetiva de acolhimento (art. 101, inciso VII, do ECA), em função de abandono familiar ou em razão da impossibilidade de permanecer no seio de sua família, que se encontra impossibilitada temporariamente de cumprir o encargo de cuidado e proteção.

O Plano de Trabalho, que cita as principais atividades a serem desenvolvidas pela entidade através da parceria com o ente público municipal, foi aprovado pela Comissão de Seleção nomeada pela Portaria n.º 112/2021, conforme se identifica na ATA anexa.

Logo, presume-se que há relação intrínseca entre o projeto apresentado e os interesses da Administração Pública Municipal. Há, portanto, identidade e reciprocidade de vontades, permitindo a parceria com o fim de atender os interesses da coletividade, especialmente aqueles descritos no Plano de Trabalho.

A minuta do termo de colaboração está de acordo com os requisitos legais inseridos no artigo 42 da Lei n.º 13.019/2021, devendo para a celebração da parceria serem aportados aos autos os documentos elencados no artigo 34 da referida Lei.

Ante o exposto, esta assessoria jurídica, diante do que foi apresentado, manifesta-se pela possibilidade de formalização do termo de fomento por meio de inexigibilidade de licitação, apontado sobre a necessidade acerca da observação dos requisitos legais e publicação dos atos provenientes deste procedimento administrativo.

São Sebastião do Caí/ RS, 30 de dezembro de 2022.


Franciele Simon Simsen,
OAB/RS n.º 105.710